

## Sonegômetro R\$ 400 Bi. E agora, eleitor?

Há poucos dias da eleição que definirá o comando político do país para os próximos quatro anos, o painel Sonegômetro volta a Brasília, posicionando-se mais uma vez em frente ao Congresso Nacional para denunciar que a sonegação é a ponta do iceberg da injustiça fiscal.



O contador eletrônico sinaliza uma sonegação superior aos R\$ 400 bilhões a partir de 18/10, mas que deve superar os R\$ 500 bi até 31 de dezembro, de acordo com estudo do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional<sup>1</sup>. Esse rombo gigantesco, que ultrapassa em mais de três vezes o PIB do Distrito Federal, baseado em dados do IBGE<sup>2</sup>, revela as consequências de um sistema tributário perverso, que reduz o poder de compra dos mais pobres e da classe média, provoca guerra fiscal entre estados e municípios, além de comprometer a competitividade do setor produtivo.

Como se não bastasse, os governos, independentemente da orientação ideológica, têm sido permissivos e lenientes com sonegadores e corruptos, principalmente devido ao sucateamento da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, cuja principal missão é cobrar créditos tributários dos mais ricos e poderosos inscritos na Dívida Ativa da União.

Diante dessa triste realidade, a Campanha Nacional da Justiça Fiscal convida o cidadão-eleitor a exigir dos dois candidatos ao cargo de presidente da República um efetivo compromisso com a reforma tributária e o combate à sonegação. Afinal, a quem interessa a manutenção desse modelo tributário esquizofrênico?

Ambas as candidaturas prometem uma retomada de crescimento para o país, de forma sustentada. Mas como? Fundamental é saber quem se compromete, de fato, em reduzir a tributação sobre o consumo; quem respeitará o preceito constitucional da capacidade contributiva, cobrando mais de quem tem mais e menos de quem ganha menos; quem apresenta o melhor projeto de desenvolvimento, com responsabilidade fiscal e justiça social.

E o combate à sonegação? Sonegadores e corruptos continuarão se beneficiando de brechas na lei tributária, do sucateamento da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e seguirão recebendo prêmios do Governo Federal por sua “esperteza” em forma de refinanciamentos, descontos e até perdões de dívidas tributárias?

É muito importante que o eleitor se conscientize que o sistema fiscal vigente é bastante eficiente para arrecadar tributos dos mais pobres e da classe média. No entanto, permite que bandidos travestidos de empresários sabotem a concorrência e o mercado. Enquanto isso, políticos corruptos continuam impunes, financiados por caixas-dois, propinodutos e gordas contas em paraísos fiscais. O mesmo vale para os charlatões da fé, que blindam suas riquezas pessoais em nome de fundações e igrejas. Enfim, os criminosos que fazem da sonegação uma fonte inesgotável de renda continuam impunes, rindo da imensa maioria da população brasileira que, literalmente, paga a conta.



O SINPROFAZ reitera que a Campanha Nacional da Justiça Fiscal não faz nenhuma distinção político-partidária e não menciona sua preferência para esse ou aquele candidato. Desde 2009, o objetivo da campanha é conscientizar o cidadão, denunciando a insustentabilidade do modelo tributário brasileiro e as deficiências do sistema de combate à sonegação.

Veja quadro comparativo da Sonegação estimada para 2014 com o PIB dos estados e do Distrito Federal

<b>PIB X SONEGAÇÃO 2014</b>		
Comparativos do PIB nacional, por regiões e unidades da federação, conforme dados do IBGE (2011) <sup>2</sup> , com a estimativa de sonegação tributária para 2014, estimada em R\$501,9 bi, segundo estudo do SINPROFAZ <sup>1</sup>		
<b>REGIÃO</b>	<b>PIB</b>	<b>Comparativo %</b>
<b>Brasil</b>	<b>R\$ 4.143.013.000.000,00</b>	<b>12,11</b>
<b>Norte</b>	<b>R\$ 223.538.000.000,00</b>	<b>224,52</b>
Rondônia	R\$ 27.839.000.000,00	1802,86
Acre	R\$ 8.794.000.000,00	5707,30
Amazonas	R\$ 64.555.000.000,00	777,47
Roraima	R\$ 6.951.000.000,00	7220,54
Pará	R\$ 88.371.000.000,00	567,94
Amapá	R\$ 8.968.000.000,00	5596,56
Tocantins	R\$ 18.059.000.000,00	2779,22
<b>Nordeste</b>	<b>R\$ 555.325.000.000,00</b>	<b>90,37</b>
Maranhão	R\$ 52.187.000.000,00	961,73
Piauí	R\$ 24.607.000.000,00	2039,66
Ceará	R\$ 87.982.000.000,00	570,45
Rio Grande do Norte	R\$ 36.103.000.000,00	1390,18
Paraíba	R\$ 35.444.000.000,00	1416,03
Pernambuco	R\$ 104.394.000.000,00	480,77
Alagoas	R\$ 28.540.000.000,00	1758,58
Sergipe	R\$ 26.199.000.000,00	1915,72
Bahia	R\$ 159.869.000.000,00	313,94
<b>Sudeste</b>	<b>R\$ 2.295.690.000.000,00</b>	<b>21,86</b>
Minas Gerais	R\$ 386.156.000.000,00	129,97
Espírito Santo	R\$ 97.693.000.000,00	513,75
Rio de Janeiro	R\$ 462.376.000.000,00	108,54
São Paulo	R\$ 1.349.465.000.000,00	37,19
<b>Sul</b>	<b>R\$ 672.049.000.000,00</b>	<b>74,68</b>
Paraná	R\$ 239.366.000.000,00	209,67
Santa Catarina	R\$ 169.050.000.000,00	296,89
Rio Grande do Sul	R\$ 263.633.000.000,00	190,37
<b>Centro-Oeste</b>	<b>R\$ 396.411.000.000,00</b>	<b>126,61</b>
Mato Grosso do Sul	R\$ 49.242.000.000,00	1019,25
Mato Grosso	R\$ 71.418.000.000,00	702,76
Goiás	R\$ 111.269.000.000,00	451,06
Distrito Federal	R\$ 164.482.000.000,00	305,13



## Referências:

<sup>1</sup> <http://www.quantocustaobrasil.com.br/artigos/sonegacao-no-brasil-uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2013>

<sup>2</sup> <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?busca=1&id=1&idnoticia=2522&view=noticia>

